PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE A “CRIANÇA FELIZ” – FORMAS DE GOVERNAMENTO DA INFÂNCIA BRASILEIRA

ROBERTA CARNEIRO DE MEDEIROS¹, HAROLDO DE RESENDE²

Faculdade de Educação
Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, n. 2121 – 38400-902 – Uberlândia – MG – Brasil

robertacmedeiros@yahoo.com.br, haroldoderesende@ufu.br

Resumo. *O presente trabalho constitui um estudo sobre práticas discursivas no campo da primeira infância e tem como base teórico-metodológica a Análise do Discurso a partir dos pressupostos da analítica de poder de Michel Foucault, principalmente, os que remetem às noções de discurso, poder-saber e biopoder. A construção do objeto de pesquisa a partir dessas ferramentas foucaultianas possibilita um melhor entendimento de como as crianças são cada vez mais alvos de atenção dos mecanismos de governo discursivos que exprimem concepções e direcionamentos no estabelecimento de formas de vida e padrões comportamentais para conduzir os objetos de que falam e sua historicidade.*

Palavras-chave: *infância; discurso; biopoder; programa criança feliz.*

Abstract. *The present work constitutes a study of discursive practices in the field of the infancy and has as theoretical-methodological the Discourse Analysis from the assumptions of the analytic of power of Michel Foucault, mainly, those that refer to the notions of discourse, knowledge and biopower. The construction of the research object from these Foucaultian tools enables a better understanding of how children are increasingly targets of attention of the discursive mechanisms of governance that express conceptions and directions in the establishment of life forms and behavioral patterns to conduct the objects of which they speak and their historicity.*

Keywords: *childhood; discourse; biopower; happy child program.*

¹ Mestre em Educação pela UFU. Analista pedagógica na Prefeitura Municipal de Uberlândia.

² Doutor em Educação pela PUC-SP. Docente em cursos de licenciatura e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa analisar discursos legais voltados para a primeira infância³, na tentativa de compreender sobre qual(is) criança(s) eles falam e que estratégias orientam a instituição de sentidos na área de educação e cuidado da criança. Os discursos legais voltados para a primeira infância que compõem o *corpus* dessa pesquisa são: a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, e o Decreto Presidencial nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, que institui o Programa Criança Feliz⁴.

A metodologia proposta tem o intuito, por meio da Análise de Discurso (AD) a partir dos pressupostos de Michel Foucault, de analisar os discursos legais citados acima e discutir sentidos colocados em circulação acerca da concepção de infância presentes nos mesmos. A escolha pela utilização da AD como recurso metodológico possibilita deslocar o estatuto dos textos que compõem o *corpus* da pesquisa e que são comumente classificados como documentos para serem analisados como discursos.

Este deslocamento em relação ao tratamento metodológico das fontes documentais enquanto discursos viabiliza que este trabalho, conforme o referencial teórico da AD, analise sentidos acerca da concepção de infância na linguagem, considerando os elementos sujeito e história como inerentes à análise do modo em que os sentidos se efetivam na língua. Ou seja, de acordo com Souza (2011), diferentemente da pesquisa linguística que se dedica ao estudo da significação de forma convencional na abordagem do histórico, do social e do subjetivo como uma dimensão suplementar aos funcionamentos linguísticos, este estudo, do ponto de vista do discurso, compreende as questões de sentido e de história como fatos de linguagem, a língua como algo adjunto à história.

A partir desta distinção entre as concepções de história, de um lado como algo exterior e complementar, e de outro como constitutiva da produção de sentidos, a AD é considerada uma referência na trajetória dos estudos linguísticos no que tange a essa diferenciação entre história e historicidade. “São, pois, os meandros do texto, o seu acontecimento como discurso, [...] ou como podemos dizer, o trabalho dos sentidos nele, que chamamos historicidade” (ORLANDI, 1995, p. 113).

O discurso é o lugar de unidade e dispersão de enunciados, que não se referem estritamente ao conceito de frase, ato de fala ou proposição lógica. Os enunciados são considerados como função enunciativa, situando-os no nível do discurso o que implica uma relação diferente, não apenas gramatical, lógica ou semântica por si só; há uma relação, segundo Gregolin (2004), que envolve sujeitos, história e a própria materialidade do enunciado.

O conceito de enunciado faz-se presente nas formulações foucaultianas sobre o discurso, sendo conceituado pelo filósofo como:

³ Considera-se primeira infância, de acordo com a Lei nº 13.257/2016, o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança (art. 2º, BRASIL, 2016b).

⁴ Ambos os discursos legais estão disponíveis para consulta no site <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>.

[...] é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação. (FOUCAULT, 1987, p. 98-99)

O enunciado não é uma estrutura, portanto, não possui correspondência com o conjunto de proposições estruturais do sistema linguístico. O vínculo entre o enunciado e sua formulação material se organiza na esfera do sentido, do exercício da função enunciativa, das condições que propiciaram o surgimento do enunciado.

O discurso é, segundo Foucault (1987, p.30), “um conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um”. A compreensão das práticas discursivas em sua dispersão de acontecimentos implica uma ruptura no campo investigativo histórico, provocando o surgimento de uma singularidade no momento e local de sua produção.

O conceito de singularidade a partir dos pressupostos foucaultianos possibilita o estudo da historicidade⁵ de forma descontínua, constituída por relações de força, por jogos de poder, e nunca por ininterruptas continuidades e linearidades. Assim, a análise no campo discursivo é orientada da seguinte forma:

[...] trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação [...]. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. A questão pertinente a uma tal análise poderia ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte? (FOUCAULT, 1987, p. 31-32)

Desse modo, assumir a tarefa de analisar os discursos voltados para a primeira infância sob a ótica foucaultiana implica em abandonarmos uma perspectiva histórica global e totalizante com a certeza de uma cronologia linear dos fatos e um sentido unívoco. A análise dos enunciados dar-se-á a partir da descrição das particularidades dos mesmos como acontecimento, interrogando as condições de enunciabilidade que o próprio discurso coloca em funcionamento e faz surgir determinado enunciado e não outro em seu lugar.

As investigações sobre a historicidade nos estudos de Michel Foucault, conforme Navarro-Barbosa (2004), possibilitaram não só a problematização da concepção de causalidade linear e tempo contínuo nas formas históricas tradicionais, bem como suscitou um descentramento do homem à medida que desconstituiu a noção de sujeito como um elemento preexistente, como um ser infinito e portador de um sentido, manifesto indeterminadamente na história.

⁵Trabalhar a historicidade do texto pressupõe a consideração dos processos de constituição dos sentidos, rompendo com ideais de significações límpidas e indubitáveis, pois a análise da historicidade textual direciona à realização de trajetos “inusitados, seguindo-se as pistas linguísticas, traçando percursos que desfazem cronologias estabelecidas, que explicitam a repetição de mecanismos ideológicos em diferentes momentos históricos, que localizam deslocamentos e rupturas” (NUNES, 2007, p. 373).

Os indivíduos estão intimamente interligados às formações discursivas que os conformaram a enunciar de um ou de outro modo, corroborando determinados regimes de verdade em uma realidade orientada por relações de poder, ou seja, “isso que chamamos de realidade não é um dado externo a ser acessado pela razão, mas é, sim, o resultado de uma construção interessada” (VEIGA-NETO, 1996, p. 159).

Assim, a investigação dos discursos, fulcro dessa análise, busca discutir relações de poder-saber que incidem sobre o corpo e a vida da população infantil brasileira, analisando sentidos instituídos e legitimados acerca do sujeito infantil e formas de governo⁶ que se orientam nessa instituição de sentidos na área de educação e cuidado da criança e na condução de suas condutas, assim como a dos adultos nessa condução da conduta.

CRIANÇA, DISCURSO E HISTÓRIA

O encadeamento descontínuo entre os discursos e a história a partir da investigação histórica nos estudos de Michel Foucault pressupõe contemplar a identidade como um dado indefinido e inacabado. A identidade, conforme Navarro-Barbosa (2004), é um processo em constante transformação, pois, na realidade, existem práticas de subjetivação que ocorrem em relação ao indivíduo, produzindo uma constituição identitária.

A constituição do sujeito foi um dos temas centrais da obra de Michel Foucault. Para a realização dos estudos sobre essa temática, Foucault analisou diversos mecanismos de objetivação e subjetivação que contribuem conjuntamente para os processos constitutivos do indivíduo, sendo que os primeiros, de acordo com Fonseca (2003), se referem às práticas discursivas ou não presentes em nossa cultura que visam dispor o homem como objeto; os segundos, por sua vez, às ações que constituem o indivíduo como sujeito atado a uma identidade que lhe é fixada como própria.

Ao propor analisar as condições de enunciabilidade dos discursos integrantes do *corpus* dessa investigação no campo da primeira infância, esta pesquisa pressupõe desvelar como estes são engendrados nas malhas discursivas e nas relações político-institucionais que entremeiam o âmbito infantil, tomando as crianças como objeto e tornando possível a gestão de suas vidas como ponto de interesse de estratégias que não são apenas da ordem da coibição ou correção, mas da fabricação e incitamento de processos constitutivos de sujeitos infantis.

Segundo Nascimento (2015), os discursos voltados para o atendimento e garantia dos direitos das crianças veiculam verdades totalizantes qualificadas como verdadeiras, universais e a-históricas. Esses enunciados presentes nas práticas de proteção ocupam um lugar naturalizado no contexto social, afirmando certos fundamentos e silenciando outros.

⁶ Nos textos de Foucault traduzidos para a nossa língua, encontramos o termo governo com referência às formas instituídas de sujeição política e econômica do Estado, assim como ao exercício de condução da conduta alheia. Porém, para não causar ambiguidade na utilização do vocábulo *governo* para a esfera macropolítica institucional do Estado e a esfera micropolítica, será utilizado o termo *governo* para referir à esfera microfísica, às maneiras de agir relativamente ponderadas e medidas que uma pessoa exerce sobre a outra ou grupo, bem como sobre si mesmo para controlar suas ações, regular suas vontades e deleites. Ou seja, ao exercício de conduzir as condutas, consoante à discussão realizada por Veiga-Neto (2002) no texto “Coisas do governo...”.

A desconstrução da ideia de neutralidade e atemporalidade do saber e a existência de um vínculo entre exercício de poder e manifestação da verdade são objetos de análise no campo de estudos foucaultianos. Sobre os regimes de verdade, Foucault (1996) discorre que estes são produzidos historicamente devido a diversas coerções, assim como produzem efeitos políticos de regulação. Todo corpo social possui seu regime de verdade, as formas de discursos que legitima como verdadeiros e o engendramento de determinadas práticas.

Assim, para divergir de questões naturalizadas nesse âmbito, é preciso discutir a prática de proteção das crianças a partir de referenciais como a concepção de criança; a ideia de proteção; o investimento e controle da vida e a produção de saberes no campo da primeira infância, questionando o espaço social em que o discurso é produzido.

Embora Michel Foucault não tenha realizado em sua trajetória de pesquisas um estudo específico sobre a temática da infância, há em sua obra ferramentas teóricas que nos permitem indagar “os modos de construção da infância, a invenção do sujeito infantil e de toda parafernália disciplinar e dos mecanismos que põem em funcionamento a máquina que governa a infância em nossa sociedade. Essa máquina que faz viver e que deixa morrer” (RESENDE, 2015, p. 8)⁷.

Os discursos analisados neste trabalho são considerados mecanismos de governo e controle dos sujeitos infantis, pois, ao exprimir concepções e direcionamentos que estabelecem formas de vida, prescrições comportamentais e padrões para conduzir as práticas e políticas públicas voltadas para o atendimento das crianças, engendram aparatos e estratégias de condução das condutas dos sujeitos infantis e dos responsáveis por eles à medida que esses discursos operam e articulam “jogos de poder e vontades de saber, estabelecendo os vínculos, os nexos, os liames entre um jogo de proposições e uma série de ações possíveis que têm por objetivo produzir crianças de um certo tipo” (BUJES, 2002, p. 93).

A relação entre saber e poder é uma das constantes que norteia o percurso investigativo foucaultiano. O autor explicita que essas relações de poder e de saber transpõem o corpo do indivíduo quando expõe sobre a microfísica dos poderes na sociedade e suas redes de relações sempre tensas, permanentemente em exercício.

Temos que admitir que o poder produz saber [...] que poder e saber estão diretamente implicados [...] Resumindo, não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o saber-poder, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis de conhecimento. (FOUCAULT, 2004b, p. 27)

⁷ De acordo com as análises discursivas de Michel Foucault sobre os mecanismos de intervenção e constituição da subjetividade moderna, desde o final do século XVIII, não está mais em jogo um direito de vida e de morte sobre os indivíduos, caracterizador do modelo jurídico da soberania que se traduzia pelo poder do soberano em decidir quem iria morrer e quem deixaria viver. Nas sociedades modernas, a vida se torna objeto de agenciamento do poder, um poder caracterizado pelo direito em “fazer viver e deixar morrer” à medida em que “o poder intervém nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes [...]”, sendo considerada a morte a partir de então como “o limite, a extremidade do poder” (FOUCAULT, 1999b, p. 295).

O pensamento do filósofo busca desconstruir a concepção contraproducente que caracteriza o poder com o Estado e o conceitua substancialmente como aparelho violento, contratual e repressivo. Ao contrário desse entendimento, Foucault apresenta uma concepção que desagrega os vocábulos dominação e repressão, indicando um efeito produtivo, uma positividade no poder; sendo o ponto privilegiado de aplicação das tecnologias políticas o corpo humano.

E é justamente nesse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo. [...] O que lhe interessa basicamente não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. (MACHADO, 1982, p. 193)

O indivíduo e o conjunto de saberes que dele se pode ter derivam desse sistema de aplicação. O corpo humano é constituído nas e pelas práticas discursivas que o atravessam. Nos dias de hoje, as crianças, sobretudo, as menores de seis anos e suas famílias constituem uma parcela da população alvo de estratégias de poder que se destinam a governá-las, torná-las objeto no âmbito do controle institucional. Ações de cuidado, atenção, proteção, educação, dentre outras, integram políticas para a manutenção da vida das crianças, possibilitando a implantação de uma gestão calculada da existência da população infantil como força a ser maximizada, “não em nome de uma pretensa filantropia, mas porque ela é essencialmente força de trabalho, isto é, produção de valor. A vida vale porque é útil; mas ela só é útil porque é, ao mesmo tempo, sã e dócil, ou seja, [...] disciplinada” (REVEL, 2006, p. 56).

A sociedade moderna é, para Foucault (1999b), caracterizada pelo investimento no corpo pelas técnicas de poder, uma anátomo-política do corpo do indivíduo através da tecnologia disciplinar por meio de um sistema acurado de relações de força, não para dominá-lo e impor, mas para instigar meios e ações para assegurar conjuntamente a obediência e força útil econômica de todos os elementos, gestos e comportamentos.

O exercício do poder sobre o corpo da criança pela aplicação das tecnologias disciplinares possibilita a vigilância e o controle, assim como a extração de saberes sobre os indivíduos infantis a partir do registro como mecanismo de objetivação. O princípio de objetivação foi utilizado por Foucault (2004b) para caracterizar o processo que a disciplina opera sobre indivíduos singulares, deles retirando o máximo de informações para o exercício do poder. A disciplina ao mesmo tempo que torna as crianças objetivadas através da produção de saber sobre elas, ocorre também a premissa da subjetivação por meio da normalização dos comportamentos infantis a partir da documentação e controle de suas condutas.

O processo de normalização sobre as condutas das crianças no Brasil no século XX foi fundamentado em saberes médico-pedagógicos que disseminavam classificações, recomendações higiênicas e pedagógicas e serviços especializados para a questão da infância. Rago (2014), ao analisar sobre a apropriação do discurso médico a partir do final do século XIX pela infância, amplia essa discussão sobre a constituição da infância como

objeto privilegiado de intervenção e legitimação das práticas de regulamentação do poder médico e controle da vida infantil e familiar.

A conquista deste novo domínio de saber, o objeto-infância, abriu as portas da casa para a interferência deste corpo de especialistas, os médicos higienistas, no interior da família. Através de três eixos privilegiados de preocupação – a elevada taxa de mortalidade infantil, o problema do menor abandonado e a necessidade da figura do médico na medicalização da família, considerada como célula social desde o século XVIII –, o poder médico defendeu a higienização da cultura popular, isto é, a transformações dos hábitos cotidianos do trabalhador e de sua família e a supressão de crenças e práticas qualificadas como primitivas [...]. Assim, a criança foi percebida pelo olhar disciplinar, atento e intransigente, como elemento de integração, de socialização e de fixação indireta das famílias pobres [...]. (RAGO, 2014, p. 157)

A aplicação microscópica dos mecanismos disciplinares sobre os indivíduos infantis, transformando as crianças em fontes privilegiadas de informação, possibilitou, conforme Bujes (2002), novos arranjos nos modos de intervir sobre o corpo infantil, associando outras tecnologias de condução das condutas das crianças, antes mesmo de sua entrada nas instituições, operando sobre práticas do corpo social em que o sujeito infantil passa a ser envolvido como parte da população.

A produção institucional de registros, ao longo da história, foi de uma importância incalculável à medida que favoreceu um arsenal documental e influenciou na organização de um campo de saberes sobre os indivíduos. Um poder de escrita é instituído como uma peça crucial nas engrenagens da disciplina que

abre duas possibilidades que são correlatas: a constituição do indivíduo como objeto descritível, analisável, não contido para reduzi-lo a traços ‘específicos’ [...]; mas para mantê-lo em seus traços singulares, em sua evolução particular, em suas aptidões ou capacidades próprias, sob o controle de um saber permanente; e por outro lado a constituição de um sistema comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa ‘população’. (FOUCAULT, 2004b, p. 158)

A disciplina foi integrada, por volta da segunda metade do século XVIII, por outra tecnologia de poder dirigida também ao investimento do corpo, só que desta vez não ao individual, e sim ao corpo coletivo. A preocupação não está mais centrada unicamente no exercício de poder sobre o corpo do indivíduo pelo controle do tempo, do espaço, da atividade e pela utilização de instrumentos disciplinares. Os mecanismos de poder passam a investir na regulação e gestão da população como forma de garantir maior gestão e estabilidade social. A regulação das condições decorrentes da vida em conjunto configura, então, uma nova concepção de poder que Foucault designou de biopoder.

Embora com características distintas, o conceito de biopoder não é uma forma de poder autônoma da tecnologia disciplinar, mas é incorporado por esta última. É ao redor das disciplinas do corpo e das regulações das populações que se organizou uma maquinaria de poder sobre a vida. Ou seja, trata-se, de acordo com Foucault (1988), da multiplicação

das tecnologias políticas que começaram a investir sobre a constituição física, a higiene, a alimentação, as moradias, as condições de vida, enfim, todo o espaço da existência humana.

A vida e todos os processos interligados à existência das crianças e das famílias como os cuidados com o corpo e a saúde, a gestação, as condições de vida etc., são considerados por procedimentos de poder no esforço de controlá-los e torná-los profícuos, passíveis de investimentos. Essa política em torno da população infantil “que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (FOUCAULT, 1988, p. 134) foi denominada por Foucault de biopolítica, sendo a estratégia ao mesmo tempo de proteção e de aprimoramento da vida em função da defesa da sociedade.

A criança, como peça de um mecanismo estratégico das táticas de biopoder e dos processos de subjetivação, é objeto de aparatos prescritivos que reforçam discursivamente concepções de infância por meio de uma multiplicidade de relações de força para a regulação das vidas e condutas infantis para conduzir os modos de ser e de viver do sujeito infantil, que será adulto no porvir, e da sociedade e dos indivíduos responsáveis pelos infantes nos primeiros seis anos de vida.

Com base nas ferramentas foucaultianas de discurso, saber-poder e biopoder é possível delinear a rede de relações de forças entre adultos e crianças na sociedade, possibilitando desprendermos das idealizações de infância no âmbito da inocência e atemporalidade; passando a apreender a sua construção histórica, o modo como foi inventada e é constituída por uma vontade de poder sobre os corpos infantis que possuem, no que lhes concernem, correlação com uma vontade de saber que delinea o panorama moderno de saberes e de práticas discursivas de cuidado e proteção sobre as crianças desde a idade mais tenra.

Discursos sobre a primeira infância e as coisas a governar

O título desta seção tem como referência discussões estabelecidas por Michel Foucault em sua aula de 1º de fevereiro de 1978, no curso “Segurança, território, população”, em que caracterizou as práticas de governo como “uma maneira correta de dispor as coisas para conduzi-las não ao bem comum [...], mas a um objetivo adequado a cada uma das coisas a governar [...], a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige” (FOUCAULT, 2008b, p. 131).

Assim, na busca pelo governo dos variados aspectos da vida dos homens em sua totalidade de relações, torna-se necessário dispor instrumentos, prever mecanismos e empreender estratégias orientadas para determinados fins. O conjunto de prescrições, programas e projetos sociais, à medida que são encaminhados por objetivos específicos e delineados por um sistema de controle e gestão dos modos de ser e de viver das crianças e de suas famílias, constituem estratégias de governo na condução das condutas da população infantil e de sua família.

Para tanto, analisamos dois discursos legais, quais sejam: a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, considerada o *Marco Legal da Primeira Infância*⁸ (MLPI) e o Decreto Presidencial nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, que institui o *Programa Criança Feliz* (PCF); por meio dos quais o poder investe na e sobre a primeira infância, instituindo sentidos na constituição dos sujeitos infantis, na condução de suas condutas e na dos adultos responsáveis por essa condução nos primeiros setenta e dois meses de vida.

O MLPI foi produzido no âmbito de um processo que teve a participação da sociedade civil, do governo, de especialistas e de universidades que teve início em 2013 pela proposição de um projeto⁹ que buscava alterar a Lei nº. 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para dispor sobre a primeira infância. O PCF, por sua vez, foi instituído por meio de decreto publicado no Diário Oficial da União. Desse modo, no que diz respeito à disposição da primeira infância como objeto de governo para conduzi-la a certos fins, convém, então, perguntar: que concepção de infância é constituída a partir dessas práticas discursivas legais? Que subjetividades, individual e social, são constituídas pelos enunciados dessas legislações?

Assim, para analisarmos a instituição de práticas discursivas cujos efeitos vão constituir o sujeito infantil e as formas de condução das condutas individuais e sociais por meio do MLPI e do PCF¹⁰, traçamos algumas categorias¹¹ de análise a seguir.

A primeira infância e seu desenvolvimento integral

O MLPI é uma lei que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância, enfatizando o dever e prioridade do Estado em assegurar os direitos da criança já preceituados nos termos do art. 227 da Constituição Federal de 1988 e no ECA, tornando-os áreas prioritárias para a proposição de políticas públicas voltadas para a primeira infância “em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento humano” (art. 1º, MLPI, BRASIL, 2016)¹² e “visando garantir seu desenvolvimento integral” (art. 3º, MLPI, BRASIL, 2016b).

Em consonância a esse ordenamento legal, o PCF é um programa social voltado para o atendimento de gestantes, crianças de até seis anos e suas famílias para a promoção do

⁸ Convencionada a ser chamada Marco Legal da Primeira Infância devido à “novidade de trazer para a concepção e a normatização das políticas públicas uma cultura de cuidado integral e integrado com a criança, desde a concepção até os seis anos de idade, faixa etária abrangida pela legislação recém-sancionada” (CEDES, 2016, p. 11).

⁹ Projeto de Lei nº 6.998, de 2013, de autoria do Deputado Osmar Terra e outros parlamentares, apresentado para apreciação na Câmara dos Deputados. “[...] aprovado em dezembro de 2014, pela Comissão Especial da Primeira Infância da Câmara dos Deputados (PL 6.998/2013)”. Tramitou no Senado Federal, designado como PLC 014/2015 até sanção em Lei nº 13.257, em 8 de março de 2016 (FUJIMOTO, 2016, p. 44).

¹⁰ Ao longo da análise, os discursos serão abordados por suas respectivas siglas: MLPI - Marco Legal da Primeira Infância - e PCF - Programa Criança Feliz.

¹¹ Neste artigo, são abordadas três categorias dentre sete construídas e analisadas na pesquisa realizada no curso de mestrado da qual este texto resulta (cf. MEDEIROS, 2018).

¹² Nas citações referentes às legislações, objetos desta análise, serão utilizadas as suas respectivas siglas: Marco Legal da Primeira Infância (MLPI) e Programa Criança Feliz (PCF), antecedidas da indicação dos artigos selecionados.

“desenvolvimento humano a partir do apoio e acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância” (Art. 3º, PCF, BRASIL, 2016a).

Como pode ser observado por meio de seus enunciados, ambos os discursos almejam a condução das condutas de todos os envolvidos – gestantes, crianças e famílias – no âmbito da primeira infância para o “desenvolvimento infantil integral”, estruturando o campo de ações voltadas para os cuidados integrais em torno da vida das crianças de forma a intervir nesse espaço em seus múltiplos detalhes por meio de variados mecanismos presentes nas enunciações desses discursos, como: “atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral” (art. 8º, MLPI, BRASIL, 2016b) e “programas de atenção integral à primeira infância” (art. 35, §2º, PCF, BRASIL, 2016a).

A disposição desses mecanismos de “atendimento e programas de atenção integral” em torno desse indivíduo de tenra idade constituem estratégias de um biopoder que age sobre a conduta da população, controlando-a por meio da intensificação dos cuidados sobre a criança em fase relevante de crescimento, considerada um período crítico para a constituição de habilidades e competências essenciais para os resultados do ciclo de vida futuros no desenvolvimento do ser humano. Assim, essa criança se torna o centro e objeto das práticas de proteção e promoção nos primeiros anos de vida, não só em âmbito das ações de Estado, correlacionando a sociedade e a família a participar no cuidado para com o sujeito infantil à medida que constitui uma compreensão coletiva em relação à noção e valor da primeira infância na formação humana.

Art. 12. A sociedade participa solidariamente com a família e o Estado da *proteção e da promoção da criança na primeira infância*, [...], entre outras formas:

[...] VI - promovendo ou participando de campanhas e ações que visem a *aprofundar a consciência social sobre o significado da primeira infância no desenvolvimento do ser humano*. (MLPI, BRASIL, 2016b; grifos nossos)

O MLPI e o PCF, como instrumentos de governamentalidade que implicam um controle sobre crianças e famílias por meio da gestão dos fenômenos biológicos, esquadrinham e fragmentam ainda mais o tempo de ser criança, especificando a primeira infância como o período da vida infantil “que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança” (art. 2º, MLPI, BRASIL, 2016b).

A “emergência da infância”¹³, consoante ao duplo sentido que essa expressão opera, da urgência de uma situação e de sua invenção, é instaurada de modo correlacionado e regulado, ou seja, a iminência da primeira infância somente se torna viável a partir de seu aparecimento que está vinculado à instauração e validação de uma noção de existência humana segmentada “[...] em etapas, cada qual com seus marcadores/indicadores temporais, articuladas, por sua vez, a um esquema classificatório que procura instituir um

¹³ Sobre essa expressão “emergência da infância”, título de uma discussão realizada por Gondra (2010), é utilizada de modo a “jogar com o duplo sentido da expressão. Em um primeiro sentido, é possível associar o termo *emergência* à ideia de uma situação crítica, [...] que requer ações urgentes. [...] como problema a ser enfrentado de modo urgente, e o caráter emergencial desse enfrentamento. Em um segundo sentido, associamos o termo *emergência* à ideia de manifestar-se [...]. Emergir corresponderia a [...] criação, invenção” (GONDRA, 2010, p. 196; grifos do autor).

jogo de reconhecimento de atributos comuns a cada uma das etapas da vida” (GONDRA, 2010, p.197).

O recorte e especificação de um período da vida infantil, de acordo com a classificação e reconhecimento de características comuns nos primeiros setenta e dois meses de existência da criança, ratifica e possibilita mecanismos especializados nesse ciclo etário, por exemplo, saberes, agentes e procedimentos; de forma a objetivar cada vez mais o indivíduo de tenra idade e conduzir cuidadosamente sua conduta e a dos adultos responsáveis por ele para potencializar a vida, para controlar possíveis riscos nessa etapa, como complicações durante a gestação, prematuridade, mortalidade materna e infantil, dentre outros aspectos da vida politicamente investida considerados pelas estratégias biopolíticas de poder: perdas, em caso de morte, e ônus, em caso de uma vida com fator de risco que se torna pouco útil e improdutivo.

A preocupação com a vida das crianças no atendimento das várias dimensões – hábitos de vida saudáveis, modos de alimentar, de educar e de conviver com a família e comunidade – nos primeiros seis anos de existência por meio do investimento político sobre a vida natural em “áreas prioritárias para as políticas públicas” (art. 5º, MLPI, BRASIL, 2016b) que estimulam e conduzem condutas para a promoção do desenvolvimento infantil é o quadro a partir do qual se constitui uma maneira de governar que tem como objeto a criança na primeira infância e a família com filhos nessa faixa etária, propondo maneiras de viver baseadas em parâmetros médicos e assistenciais para preservar e cuidar da vida biologicamente conduzida por essas estratégias, como consultas de pré-natal e campanhas de vacinação, de modo a controlar seus acidentes e eventualidades, por exemplo, a possibilidade de má-formação do feto em situações que a gestante não compareça às consultas de pré-natal e/ou a possibilidade de uma insuficiência física ou intelectual em casos em que a criança não é vacinada.

O grupo prioritário

O público alvo das ações preconizadas pelo Programa Criança Feliz é “gestantes, crianças de até três anos e suas famílias *beneficiárias do Programa Bolsa Família* e crianças de até seis anos e suas famílias *beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada* [...]” (art. 2º, PCF, BRASIL, 2016a; grifos nossos).

Pode-se observar, portanto, que os indivíduos enunciados por essa prática discursiva, qualificados como prioritários, fazem parte do campo de intervenção governamental em torno da infância e das famílias de baixa renda no Brasil, pois os sujeitos são beneficiários de outras políticas sociais assistenciais como o Programa Bolsa Família¹⁴ e o Benefício de Prestação Continuada¹⁵.

¹⁴ De acordo com Weissheimer (2006, p. 25-26), “o Bolsa Família é um programa federal de transferência direta de renda destinado às famílias em situação de pobreza [...] e de extrema pobreza [...]. Uma das características do programa é que ele procura associar a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos [...] [por meio do] cumprimento das condicionalidades do benefício [...]. Quais são essas condicionalidades? As famílias devem participar de ações no acompanhamento de saúde e do estado nutricional dos filhos, matricular e acompanhar a frequência escolar das crianças no ensino fundamental e participar de ações de educação alimentar”.

¹⁵ O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental,

Dessa forma, é possível compreender a delimitação de um segmento populacional que se tornou objeto específico de governo, hierarquizado na ordem de “prioridade” como necessitado de atenção especial, de apoio e de acompanhamento para o exercício de “seu papel protetivo de cuidado e educação da criança na primeira infância”.

art. 14. § 2º As famílias identificadas nas redes de saúde, educação e assistência social [...] que se encontrem em *situação de vulnerabilidade e de risco* ou com *direitos violados para exercer seu papel protetivo de cuidado e educação da criança* na primeira infância, [...] terão *prioridade* nas políticas sociais públicas. (MLPI, BRASIL, 2016b; grifos nossos)

Famílias e crianças “em situação de vulnerabilidade e de risco” são instituídos como objetos de governo através dessas práticas discursivas que atuam no ajustamento dessa parcela da população que aparenta ainda não atender ao princípio de regular suas condutas de acordo com a prática de proteção e de cuidados necessários sobre a criança em fase etária significativa de crescimento e de desenvolvimento para a constituição de capacidades e comportamentos consideráveis na formação de um indivíduo útil.

O apoio na “participação das famílias em redes de proteção e cuidado da criança [...] com prioridade aos contextos que apresentem riscos ao desenvolvimento da criança” (art. 13, MLPI, BRASIL, 2016b) é uma estratégia de responsabilização das mesmas por meio dessas práticas discursivas que regulam suas ações no campo de proteção e cuidado infantil. Esta é uma forma de controle e disciplinarização de famílias supostamente vulneráveis a partir da formação e fortalecimento dos vínculos familiares, intervindo nesse campo da vida familiar, particularmente do estrato pobre, por meio do cálculo de um grau de risco provável que cada família ou criança representa no contexto sociofamiliar e comunitário atendido pela rede de proteção e cuidado.

Nessa direção, é disposto um espaço de possibilidades no atendimento desse segmento populacional para produção de informações e regulação de condutas que permitam potencializar os efeitos positivos e minorar os efeitos negativos das práticas discursivas nos fenômenos populacionais necessários de intervenção, estruturando ações centradas na proteção e cuidado da primeira infância nos contextos sociofamiliares, instituindo maneiras consideradas adequadas pelas quais as famílias e comunidade se relacionam com a criança, conduzindo práticas nas quais elas se aplicam para o “desenvolvimento infantil integral”.

O registro de dados

As práticas discursivas trazem em seus enunciados “componentes de monitoramento e coleta sistemática de dados” na formulação e implementação das políticas públicas voltadas para a primeira infância. A disposição desses componentes através de estratégias de saber e poder possibilitam relacionar os dados coletados com a formulação de ações de governo sobre a criança no acompanhamento e avaliação dos serviços,

intelectual ou sensorial de longo prazo [...], que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente (BRASIL, 1993, art. 20).

constituindo certa função “política da escrita”¹⁶ à medida que constitui também uma ferramenta essencial de poder de documentação e disciplina, um cálculo preciso sobre em que medida é preciso intervir e qual a melhor maneira de fazer isso por meio da sistematização das informações.

Art. 11. As políticas públicas terão, necessariamente, *componentes de monitoramento e coleta sistemática de dados, avaliação periódica* dos elementos que constituem a oferta dos serviços à criança e divulgação dos seus resultados.

§ 1º A União manterá *instrumento individual de registro unificado de dados do crescimento e desenvolvimento da criança [...]*. (MLPI, BRASIL, 2016b; grifos nossos)

A produção e circulação de informações sobre os “elementos e resultados” no campo de ações voltados para a proteção, cuidado e potencialização do desenvolvimento integral infantil será feito por meio de um “instrumento individual de registro unificado” que engendra a criança como objeto de descrição e de documentação detalhada, coletando dela uma grande quantidade de “dados do crescimento e desenvolvimento” para uma maior medição e controle de prováveis fatores de risco, por exemplo, deficiências nutricionais, possibilidade de não imunização e começos de epidemias, bem como para assegurar seu desenvolvimento integral nos primeiros setenta e dois meses de vida.

As práticas discursivas enunciam a necessidade em acompanhar e monitorar suas ações como forma de “avaliação da oferta dos serviços à criança e divulgação de resultados” à medida que inserem e posicionam cada criança em um regime de observação e controle para poder examiná-las e registrá-las. A criança colocada em um campo de vigilância é do mesmo modo situada em uma “rede de anotações escritas”, de acordo com a discussão realizada por Foucault (2004b) sobre a atuação do mecanismo disciplinar do exame sobre os indivíduos, que permitem captá-la e fixá-la conforme traços e medidas individuais que a caracterizam e fazem dela um “caso”. Sobre a criança como dado, o poder pode exercer melhor e mais imperceptível seu controle devido ao fato dos indivíduos, no caso a criança e sua família, sempre poderem ser vistos, descritos em minúcias, medidos, classificados e, conseqüentemente, disciplinados por meio da instrumentalização e objetivação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas em torno das práticas discursivas observa-se que o sentido de uma infância feliz perpassa toda a lógica de investimento no desenvolvimento do corpo infantil, nos cuidados para com esse corpo, nos modos de alimentar, nas formas de convivência familiar e social, nas maneiras de dar assistência à família para cuidar desse corpo. Ou seja, a criança é concebida como feliz à medida em que é bem cuidada, alimentada e assistida por sua família que será regulada para a condução dessa infância.

De acordo com as práticas discursivas analisadas, saúde, alimentação, nutrição, educação e convivência familiar são fenômenos que interessam às estratégias e às técnicas de poder

¹⁶ Sobre a escrita da existência humana em relatos de vida como parte dos rituais de poderio, Foucault (2004b) analisa que essas descrições, principalmente a partir do século XVIII, não constituem mais monumento para uma memória futura, e sim documento para uma utilização eventual, “como processo de objetivação e sujeição [...] numa técnica de poder totalmente diversa” (FOUCAULT, 2004b, p. 159-160).

associados à população infantil para a regulação de cuidados, hábitos de vida saudável e modos de alimentação sobre o corpo da criança. A organização do poder sobre a vida infantil, os discursos de cuidados relativos ao corpo e à saúde da criança são formas de uma racionalidade governamental investida de inúmeras ações para controle dos corpos, das forças e das vontades, conjuntamente à produção de novas formas de conduta e de subjetividade.

O biopoder, enquanto o responsável pela regulação das condições da vida da população, possui a “necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Já não se trata de pôr a morte em ação [...], mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade” (FOUCAULT, 1988, p. 134). Para tanto, efetua ordenamentos, qualifica, mede, hierarquiza os indivíduos, saberes e todos os elementos referentes às condições e processos de gestão da vida para a proteção, conservação e investimento contínuo no nascimento e desenvolvimento da criança na primeira infância, considerada um período crítico para a constituição de habilidades e competências essenciais para os resultados dos ciclos de vida futuros no desenvolvimento do ser humano a partir da gerência de variáveis ambientais que irão regular as condutas não só das crianças, mas também da família e sociedade.

A gestão das coisas e dos indivíduos na população constitui a principal finalidade do governo que, no que se refere à infância, supõe proteger, acima de tudo, a preservação da vida infantil no que ela tem de potencialidade para se tornar útil social e economicamente. Para tanto, são instituídos discursos centrados na criança, no desenvolvimento infantil sadio, com o objetivo de incentivar a vida e de neutralizar o máximo possível aquilo que pode ser considerado arriscado a partir do processo de governo direcionado para a gestão da criança, da gestante, da família e da saúde.

O MLPI e o PCF constituem um modo de gestão e regulamentação dos fenômenos e condutas populacionais através da instituição de sentidos em torno da criança, objetivando cada uma em um regime de visibilidade, retirando dados que irão constituir e regulamentar regimes de verdade nas práticas de objetivação da criança pequena no processo de governo de suas condutas e dos envolvidos no campo da primeira infância.

A captura da infância por meio do arranjo de um campo de saberes e atores envolvidos nesse sistema em prol do atendimento específico dos primeiros setenta e dois meses de vida da criança constituem todo um aparelho biopolítico de governo e regulação do corpo infantil que são engendrados por meio de variados mecanismos presentes nos enunciados.

Contudo, apesar desse esforço constante de governo e captura da infância, à medida que se tenta capturá-la, este espaço temporal infantil se constitui um outro que gera apreensão e desconforto no tocante à inovação subjetiva simbolizada pela criança, pois suas características e sensibilidades próprias representam um desafio para a estabilidade dos saberes e para o exercício do poder nas práticas de atendimento, ocasionando uma multiplicação incessante de ações de cuidado e atenção voltados à primeira infância, não somente na preservação da vida, assim como na regulação das condutas para, consoante às proposições de Larrosa (2000), minimizar o que ainda não é conhecido nas crianças e para sujeitar aquilo que ainda há nelas de primitivo.

Nesse sentido, ao problematizar nossas questões a partir dos discursos legais analisados voltados para a primeira infância, outros olhares podem ser lançados e outras questões provocadas, pois o objetivo deste trabalho investigativo não foi o de descobrir e apontar verdades, e sim refletir e estender a discussão sobre os processos de governamento da criança na contemporaneidade, as formas de regulamentação dos indivíduos na área de proteção e cuidado infantil, as maneiras como os discursos constituem mecanismos de governamento da infância brasileira por meio de jogos intrincados de poder-saber que buscam capturar cada vez mais a criança em nossa sociedade que, por sua vez, é ainda algo que causa desassossego porquanto “inquieta o que sabemos (e inquieta a soberba da nossa vontade de saber), [...] suspende o que podemos (e a arrogância da nossa vontade de poder) e na medida em que coloca em questão os lugares que construímos para ela (e a presunção da nossa vontade de abarcá-la)” (LARROSA, 2000, p. 185).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto-lei nº 8.869, de 5 de outubro de 2016. Institui o Programa Criança Feliz. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 out. 2016a. (Seção 1, p. 2)
- BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 mar. 2016b. (Seção 1, p. 1)
- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 dez. 1993. p. 18769.
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CEDES. Avanços do marco legal da primeira infância. **Cadernos de trabalhos e debates**. 11. Câmara dos deputados/Cedes: Brasília, 2016.
- FONSECA, M.A. da. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. Trad. Bras. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Bras. 29ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2004b.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Trad. Bras. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. Em: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1995. p. 231-249.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I - a vontade de saber**. Trad. Bras. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- FUJIMOTO, G. Cenário mundial das políticas de primeira infância. Em: CEDES. Avanços do marco legal da primeira infância. **Cadernos de trabalhos e debates**. 11. Câmara dos deputados/Cedes: Brasília, 2016. p. 24-59.
- GONDRA, José Gonçalves. A emergência da infância. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 26. n. 01, p. 195-214, abr. 2010.
- GREGOLIN, M. do R.V. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. Em: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 23-44.
- LARROSA, J. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. Trad. Bras. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MACHADO, R. **Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

- MEDEIROS, Roberta Carneiro de. O discurso sobre a criança feliz: o governo da população infantil brasileira. Dissertação. Mestrado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.
- NASCIMENTO, Maria Livia do. Proteção à infância e à adolescência nas tramas da biopolítica. Em: RESENDE, H. de (Org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 281-303.
- NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. Em: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (Orgs.). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 97-130.
- NUNES, J.H. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. Em: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M.C. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 373-380.
- ORLANDI, E.P. Texto e discurso. **Organon**, Revista do Instituto de Letras da UFRGS, Porto Alegre, v. 9, n. 23, 111-118, 1995.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 4ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- RESENDE, H. de (Org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- REVEL, J. Nas origens do biopolítico: de vigiar e punir ao pensamento da atualidade. Em: GONDRA, J.; COHAN, W. (Orgs.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 51-62.
- SOUZA, Pedro de. **Análise do discurso**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
- VEIGA-NETO, A.J. da. Coisas do governo... Em: RAGO, M. *et. al.* (Orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze – Ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- VEIGA-NETO, A.J. da. **A ordem das disciplinas**. Tese. Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
- WEISSHEIMER, M.A. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2006.

Artigo recebido em: nov. de 2018.
Aprovado e revisado em: abril de 2019.
Publicado em: dezembro de 2019.

Para citar este texto:

MEDEIROS, Roberta Carneiro de; RESENDE, Haroldo de. Práticas discursivas sobre a “criança feliz” – formas de governo da infância brasileira. **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso, ISSN 2179-3514, on-line, www.entremeios.inf.br], Seção Estudos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre (MG), vol. 18, p. 107-122, jan. - jun. 2019.
DOI: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol18pagina107a122>